

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDRÉIA CRISTINA PARIZATTO DIAS

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUA
INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO DOCENTE**

CAMPINAS
2011

ANDRÉIA CRISTINA PARIZATTO DIAS

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO DOCENTE

Trabalho de conclusão de curso apresentado
para a obtenção do título de graduado em
Pedagogia pela Universidade Estadual de
Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli
Bryan

UNICAMP - CAMPINAS
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

D543p

Dias, Andreia Cristina Parizatto, 1986-

O projeto político-pedagógico e sua influência no planejamento docente / Andreia Cristina Parizatto Dias. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Newton Antonio Paciulli Bryan.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Projeto político-pedagógico. 2. Planejamento educacional. I. Bryan, Newton Antonio Paciulli. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

11-136-BFE

A todos aqueles que me ajudaram na
conclusão deste trabalho.
Principalmente Deus, minha família,
meu namorado, Marcelo, o profº Newton
Antonio Paciulli Bryan e meus amigos.

RESUMO

DIAS, Andréia Cristina Parizatto. **O Projeto Político-Pedagógico e sua influência no planejamento docente.** Campinas, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011.

A presente monografia busca analisar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e sua influência no planejamento docente e no cotidiano da sala de aula. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa de estudo de caso. A pesquisa foi desenvolvida com seis professores que lecionam na educação infantil da Unidade Educacional CIMEI 14. Primeiramente busca refletir, sendo Veiga (1996) e Vasconcellos (2004) uns dos principais autores que fundamentam as discussões, acerca do conceito e a concepção de Projeto Político-Pedagógico (PPP), para que assim sustentados por tal definição possamos reconhecer o papel do docente na construção e na concretização do projeto através do seu planejamento e atuação no cotidiano da sala de aula. Na sequência, analisa-se, com base nas reflexões feitas, o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional e as entrevistas estruturadas realizadas com os professores. Por fim, relaciona-se a teoria com a realidade considerando a importância da participação dos professores na construção do PPP como forma de concretizá-lo no planejamento docente.

Termos de indexação: Projeto Político-Pedagógico, Planejamento Educacional, Planejamento Participativo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1- METODOLOGIA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	12
1.1. Objetivos Gerais.....	13
1.2. Objetivos Específicos.....	13
1.3. Metodologia.....	13
CAPÍTULO 2- O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	18
2.1.Aspectos Históricos e Legais do Planejamento Educacional.....	19
2.2.O conceito do Projeto Político-Pedagógico e o papel político da escola.....	22
2.3. Elaboração Participativa do Projeto Político-Pedagógico e sua Avaliação.....	27
CAPÍTULO 3- O PAPEL DO DOCENTE NA ELABORAÇÃO E NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	33
3.1. O planejamento docente: projeto de ensino-aprendizagem.....	34
3.2. Projeto Político-Pedagógico como referência para os projetos da escola.....	36
3.3. Construção de um conceito de participação.....	37
CAPÍTULO 4- O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR: AS REPRESENTAÇÕES DOS DOCENTES.....	40
4.1. Conhecendo e Analisando o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI 14.....	41
4.2. As concepções dos docentes acerca do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI 14.....	46
4.3. O processo de elaboração e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI.....	48

4.4. A relação e a influência que o Projeto Político-Pedagógico exerce no planejamento docente.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	58
ANEXO.....	62

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva discorrer sobre o processo de elaboração do projeto político-pedagógico, bem como identificar as representações docentes quanto à sua influência no cotidiano da sala de aula.

O presente estudo contemplou a análise do Projeto Político-Pedagógico de uma Unidade Escolar de Educação Infantil e a realização de entrevistas estruturadas com os docentes.

A escolha da referida temática decorre da observação de alguns fatores observados no cotidiano escolar: a burocratização do planejamento, sendo considerado somente como um documento obrigatório, muitas vezes “construído” para cumprir a lei e ser arquivado dentro da gaveta; a necessidade que a escola apresenta de um trabalho coletivo, para promover com eficácia transformações significativas com continuidade fora da sala de aula, deixando para trás um trabalho solitário que abrange somente um conjunto restrito de indivíduos; a importância de se conhecer a realidade na qual se atua/educa para poder ter metas e objetivos no caminho da construção do conhecimento; e por fim a importância do trabalho coletivo para a construção de um planejamento como forma de se sentir parte daquilo que se faz e se busca, e não seguir algo somente por decisões e ordens de uma equipe diretiva.

Com tais questionamentos se faz importante refletir sobre o termo planejamento. Segundo, Martinez & Lahore (1977, p.11) o planejamento é o:

[...] processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original.

O ser humano é dotado da capacidade de planejar, de idealizar uma ação futura. O ato de planejar surge da necessidade de querer gerenciar um processo ou um projeto. Segundo Vasconcelos (2002, p.16-35).

Planejar é uma atividade que faz parte do ser humano[...]. Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é fazer algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal [...]. Planejar ajuda concretizar o que se almeja (relação teoria-prática); aquele algo que planejamos é possível acontecer: podemos, em certa medida, interferir na realidade [...].

Toda atividade humana realizada sem antes ter um preparo, pode conduzir o indivíduo, a equipe ou a instituição a destinos inesperados, acarretando inúmeros prejuízos, devido a uma ação sem planejamento.

No ambiente escolar o ato de planejar ocupa um espaço de gerenciamento do processo de ensino/aprendizagem, o que a escola pensa do aluno e da sociedade e para onde quer conduzi-los, também se pode dizer, que é um norte no trabalho de ação dos envolvidos na comunidade escolar.

O projeto é justamente um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar ação de todos os agentes da escola. (VASCONCELOS, 1995 p. 143).

O planejamento transformou-se em um tema que sempre permeia o discurso da educação em uma posição muitas vezes complexa, pois a maioria concorda com a importância do ato de planejar e que sem um projeto o fazer pedagógico da escola fica sem uma direção a seguir. Porém, alguns equívocos e dificuldades ocorrem dentro deste processo de formulação/construção do Projeto Político Pedagógico e da relação do mesmo com o planejamento docente.

A via burocrática do PPP é um dos equívocos encontrados, pois aqui o Projeto pode ser considerado apenas como um documento elaborado para assistir exigências legais e burocráticas da mantenedora, sem nenhuma ligação com a vida escolar. Este equívoco pode resultar devido à falta de um trabalho coletivo na elaboração do Projeto, no qual não se considera todo sujeito como participante da ação educativa.

Uma dificuldade apresentada também é o risco que os docentes enfrentam de serem apenas executores de um projeto que nem foi pensado por eles, dificultando a articulação do Projeto Político Pedagógico com o seu planejamento docente. O planejamento docente, segundo Vasconcelos (2002), poderá ter muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político Pedagógico.

Wright Mills comparou a situação dos educadores à de remadores, no porão de uma galera. Todos estão suados de tanto remar e se congratulam uns com os outros pela velocidade que conseguem imprimir ao barco. Há apenas um problema: ninguém sabe para onde vai o barco, e muitos evitam a pergunta alegando que este problema está fora da alçada de sua competência. (VASCONCELOS, 1995).

Referindo-se a estrutura, do presente trabalho, encontra-se a organização em cinco pontos, sendo o primeiro esta introdução, que procurou iniciar a reflexão da pesquisa citando alguns equívocos e dificuldades ocorrentes dentro do processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e da relação do mesmo com o planejamento docente.

O segundo ponto apresenta o delineamento da pesquisa, contendo o objetivo geral, os objetivos específicos, a descrição e características do local e dos participantes da pesquisa e por fim, a metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa.

O terceiro ponto refere-se aos fundamentos teóricos, que se constituíram enquanto referencial desta pesquisa. Primeiramente, abordará precedentes históricos do Projeto Político-Pedagógico. Em seguida, descreverá sobre a conceituação do Projeto Político-Pedagógico e o seu processo de elaboração e avaliação, ressaltando aspectos referentes a estes elementos. Por fim, relata sobre o planejamento docente, definindo e analisando as possibilidades e as conseqüências de um diálogo entre o Projeto Político-

Pedagógico e o planejamento docente, advertindo a participação do docente na construção do Projeto Político-Pedagógico.

O quarto ponto aborda a análise de dados coletados mediante a visitação na Unidade Educacional CIMEI 14 e aos questionários aplicados aos docentes. A primeira parte deste ponto relata sobre o Projeto Político-Pedagógico vigente da Unidade Educacional. Em seguida, analisa, a partir dos questionários respondidos, a concepção que os professores tem do Projeto Político-Pedagógico, sua participação na elaboração do PPP vigente e a influência que o mesmo exerce no seu planejamento docente.

Por fim, o quinto ponto mostrará as principais reflexões referentes à pesquisa realizada, dialogando muitas vezes com os pressupostos teóricos do estudo e os dados da realidade.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA E OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1. OBJETIVO GERAL

Identificar a representação dos docentes quanto ao conceito e o processo de implementação do Projeto Político-Pedagógico, bem como sua influência no planejamento docente.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir o conceito de Projeto Político-Pedagógico.
- Identificar e analisar a representação dos docentes quanto à influência que o Projeto político-Pedagógico exerce no planejamento docente e na vivência do cotidiano da sala de aula.

1.3. METODOLOGIA

1.3.1. Local da pesquisa e participantes

A pesquisa foi desenvolvida com seis professores que lecionam na Unidade Educacional CIMEI 14, tal unidade engloba o CEMEI- Brasília B. E. Martins e o EMEI- Professor Jorge Leme. Os professores são de maioria especializados e atuam, um no Agrupamento II (AGII) e cinco no Agrupamento III (AGIII).

Situada no bairro Vila Padre Anchieta, no distrito de Nova Aparecida, na região norte de Campinas a Unidade Educacional CIMEI 14 atende crianças de 0 a 5 anos, funcionando em período integral e meio período. São atendidas crianças do próprio

bairro, no qual está situada a Unidade, e também abrange os bairros da circunvizinhança.

1.3.2. Localização e características do bairro

É uma região periférica da cidade de Campinas, com população de 60.000 habitantes que conta com infra-estrutura de pronto atendimento, centro de saúde, dois teatros, praças de esportes, um hotel, comércios, corpo de bombeiros, subprefeitura, terminal de ônibus, bancos, feiras livres e de artesanatos, praças, posto policial, SANASA, igrejas, escolas particulares de pequeno e médio porte, escolas estaduais e municipais, mini shopping, clube com atividades de esporte e lazer de acesso público, está próximo também do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia.

Existem inúmeros bairros na circunvizinhança, alguns de origem de assentamentos que possuem infra-estrutura básica e os serviços públicos não acompanham o crescimento dos bairros, pois faltam vagas nas creches e o atendimento de saúde é precário.

1.3.3. Características da Unidade Educacional: Recursos físicos e materiais, crianças e pais.

A Unidade Educacional CIMEI 14 tem uma área totalizada em 10.000 m², possuindo 8.212 m² de área ampla e livre com parques e verde. São três parques com brinquedos, como gira-gira, escorregador, trepa-trepa, balanço, tanque de areia, gangorra, quiosques, etc. Também esta área livre, dispõe de um teatro de arena e áreas cimentadas que são utilizadas para atividades dirigidas, brincadeiras e desenhos no chão. Estes espaços são utilizados em forma de revezamento pelas turmas do CEMEI e do EMEI.

A Unidade também possui a infra-estrutura (para as crianças) de:

- CEMEI: Sala adaptada para desenvolvimento de projetos de artes, uma sala do AG I com solário, duas salas do AG II, sala de banho, sala dos colchões, dois sanitários, refeitório e pátio coberto.

- EMEI: Sala de vídeo, Laboratório de informática com softwares educativos, dois sanitários, banheiro infantil do AG II, um almoxarifado para materiais pedagógicos, oito salas de aula, um refeitório utilizado para refeições e reuniões de pais, um galpão para as confraternizações, e biblioteca.

Em toda esta área são atendidas dezessete turmas, ou seja, aproximadamente quatrocentos e setenta e cinco crianças. Essas turmas são divididas em agrupamentos. Assim temos:

- O CEMEI- Brasília B. E. Martins atendendo três turmas em período integral, sendo uma turma de Agrupamento I (AG I) e duas turmas de Agrupamento II (AG II). São sessenta e cinco crianças, três professores, dois professores adjuntos e quatorze monitores/agentes da educação infantil.

- O EMEI- Professor Jorge Leme atendendo quatorze turmas, sendo seis Agrupamento III no período da manhã e sete no período da tarde e um AG II. São quatrocentos e dez crianças, quatorze professores, um professor adjunto, um professor de educação especial, uma reintegrada judicialmente e três agentes da educação infantil.

Há uma pluralidade na Unidade Educacional de práticas, valores, modos de compreensão do trabalho pedagógico e de como participar do mesmo. Segundo os professores e os funcionários as crianças possuem um imenso potencial de aprender, uma grande curiosidade sobre o mundo e sobre o outro e desejam participar da vida da escola através de perguntas e sugestões que ocorrem no cotidiano.

Os pais são convidados a se envolverem nas ações pedagógicas, participando nos coletivos e nos órgãos de representação. Tal participação se dá quando: os pais são convidados a participarem do planejamento de festas coletivas, dentre elas, a festa junina; participam das exposições de trabalhos realizados pelas crianças e educadores; tomam conhecimento da proposta pedagógica da escola elaborado pelos professores da turma; acompanham o trabalho pedagógico realizado com as crianças por meio de

relatórios individuais e gerais; e participam da avaliação sobre o trabalho pedagógico da escola.

1.3.4. Procedimentos metodológicos

A metodologia escolhida para esta pesquisa, na abordagem do tema proposto, é a pesquisa qualitativa, visto que o estudo qualitativo se dá numa situação natural, rico em dados descritivos, plano aberto e flexível, focalizando a realidade de forma contextualizada e completa. Como cita LÜDKE (1986, p.1):

“Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

Entre tantas formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, o tipo destinado a esta pesquisa será o de estudo de caso, caracterizado por LÜDKE (1986) em três fases:

- A primeira fase, chamada de exploratória, procurei estabelecer os contatos iniciais com a coordenadora da escola e com os professores. Buscando conhecer o local que será realizado a pesquisa, seu contexto e o projeto político pedagógico.

A unidade Educacional já era conhecida, por mim, devido ser o local no qual estudei dezoito anos atrás e também por causa do estágio supervisionado, realizado no ano anterior como disciplina obrigatória dentro do currículo acadêmico.

O primeiro contato com a Unidade Educacional, relacionado com a pesquisa, foi uma conversa com a Orientadora Pedagógica para descrever os objetivos e a metodologia da pesquisa. A Orientadora Pedagógica me sugeriu participar da reunião dos professores, que acontece semanalmente, para apresentar a pesquisa, podendo assim, ver quem estaria interessado e disposto a participar.

Seguindo a sugestão da Orientadora Pedagógica, a pesquisa (objetivos e metodologia) foi apresentada, antes de começar a reunião, para alguns professores. Eles fizeram questionamentos a respeito da bibliografia e do questionário de pesquisa que iriam responder. Em seguida, quem estava interessado preencheu uma ficha com o nome e o agrupamento no qual lecionava, foi explicado um pouco mais sobre o questionário de pesquisa e alguns assuntos práticos.

Após esta conversa com os professores foi buscado conhecer o local, seu contexto e o Projeto Político-Pedagógico, por meio de visitação à Unidade Educacional e perguntas aos funcionários e a Orientadora Pedagógica.

- A delimitação do estudo é a segunda fase, que localiza elementos-chaves para passar a uma coleta de dados sistematizada de informações utilizando como instrumento a entrevista estruturada, com os professores que lecionam na escola.

Depois das visitas e do conhecimento do PPP da Unidade Educacional, foi se desenvolvendo, apoiado na fundamentação teórica, a entrevista estruturada. A entrevista aplicada aos professores foi de ordem lógica e flexível, partindo do conceito que os professores possuem do Projeto Político-Pedagógico, para depois observar o processo de elaboração e avaliação vivenciado, por eles, na Unidade Educacional CIMEI 14, para assim, analisar a relação e a influência que PPP desempenha no planejamento docente e no cotidiano da sala de aula.

- Por fim, a terceira fase é a análise sistemática e a elaboração do relatório. Utilizando o referencial teórico como fornecedor de bases iniciais de conceitos, foi feita uma classificação dos dados. Isso possibilitou a articulação dos pressupostos teóricos do estudo com os dados da realidade. Considerando, sempre, que “A análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados”.(LÜDKE, 1986 - pg. 45).

CAPÍTULO 2

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Neste capítulo buscamos desenvolver uma reflexão sobre o conceito e a concepção de Projeto Político-Pedagógico, para que assim sustentados por tal definição possamos reconhecer o papel do docente na construção e na concretização do projeto através do seu planejamento e atuação no cotidiano da sala de aula. Neste levantamento bibliográfico Veiga (1996) e Vasconcellos (2004) são uns dos principais autores que fundamentam as discussões. Como citado na metodologia desta pesquisa, a articulação com os pressupostos teóricos do estudo será de grande importância para a análise dos dados coletados da realidade.

Porém, antes de realizar tal reflexão vamos primeiramente pontuar os aspectos históricos e legais do planejamento educacional, para podermos nos contextualizar e analisar quando o Projeto Político-Pedagógico teve espaço dentro do ambiente escolar.

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

A presença e a história do planejamento na esfera educacional se dá na “década de 20 na União Soviética quando pela primeira vez, o planejamento educacional foi incluído nos primeiros planos quinquenais de desenvolvimento daquele país [...]” (Parente Filho 2001, p. 14).

Aqui no Brasil, foi na década de 30 que começou a se pensar diretrizes para a educação. Devido o grande crescimento do processo de industrialização, o planejamento ganhou destaque dentro das fábricas, pois o processo de produção industrial baseava-se na linha de produção, o que demandava uma grande tarefa ao planejamento em todas as ações realizadas. Com isso, houve a urgência de trabalhadores qualificados, o que demandou do Estado analisar e pensar algumas diretrizes para a educação.

Com tal crescimento industrial e a demanda de trabalhadores qualificados, começou então, algumas reformas, já que não havia uma lei específica para a educação. Assim, se deram os primeiros movimentos de políticas educacionais, e por consequência a abordagem de planejamento direcionado para a área da educação.

Em 1947, é que se começa a pensar em uma Lei específica para a educação, em outubro de 1948 temos o direcionamento à Câmara Federal. Porém, somente em 1961 que é sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Tal lei permitiu que as instituições educacionais tivessem seus próprios regimentos. Houve uma reformulação, em 1968, devido à ordem socioeconômica que o governo militar imponha, mas o ajuste foi direcionado ao ensino superior, conhecido como Reforma Universitária, Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68- Reforma Artigos concernentes à Educação Superior), que buscava uma racionalização dos métodos de ensino para atender o social, a política e a economia.

Com o avanço do movimento de gestão democrática da educação, na década de 80 até meados da década 90, nasce o termo Projeto Político-Pedagógico . Tal surgimento vem como uma forma de afirmar a natureza política do projeto educacional e de contrapor uma visão burocrática e técnica do projeto em si. Com o tempo o termo Projeto Político-Pedagógico conquista bases legais que o rege em instâncias Federal e Estadual.

Na instancia Federal, o PPP está sedimentado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente vem em uma ocasião, como citado no parágrafo acima, de redemocratização política e em uma condição socioeconômica de globalização. Assim, diante de toda esta situação o planejamento assume um papel de construção coletiva que abarca responsabilidade de todos os envolvidos.

De acordo com o que diz o texto da referida Lei, segundo Saviani (1997, p.166-168):

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:
I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e Os Municípios;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

13. Os docentes incumbir-se-ão de.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Brito (1997, p.112), assim se refere também:

O Artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com isso, entende-se que a LDB 9394/96 levanta a questão de construir o Projeto Político Pedagógico reconhecendo na escola a capacidade de planejar e organizar as suas ações pedagógicas e políticas em um ambiente de gestão participativa, ou seja, envolvendo todos os sujeitos participantes da comunidade escolar (docentes, administração, funcionários, alunos, pais e comunidade).

Porém, a conquista de leis que apóiam tal proposta para educação não são suficiente para alcançar a verdadeira autonomia da escola, pois o Projeto Político Pedagógico é consequência de um processo determinado coletivo e democrático. Segundo Brito (1997) o Projeto Político Pedagógico não é visto como um instrumento legal e burocrático, ele oferece um significado à atuação da escola norteador de suas práticas educacionais.

Considerando algumas definições para a palavra projeto, temos: A palavra projeto vem do latim *projicere* que significa lançar para frente; e que todo projeto possui uma intencionalidade.

[...] a educação só pode se realizar através de mediações práticas que se desenvolvem a partir de um projeto educacional, vinculado, por sua vez, a um projeto histórico e social e que a instituição escolar é o lugar por excelência desse projeto. (SEVERINO, 1998).

A palavra projeto se define aqui, como ações que buscam uma intenção, uma finalidade, um objetivo. Tem-se então, o projeto escolar como uma possibilidade da escola cumprir sua intencionalidade, através das ações educativas.

2.2. O CONCEITO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O PAPEL POLÍTICO DA ESCOLA

Este segundo ponto busca definir o conceito de Projeto Político Pedagógico e sua concepção dentro da escola, considerando o papel político que a mesma exerce. Discutiremos o conceito de Projeto Político Pedagógico, seu significado e função, destacando a importância de mantê-lo vivo através de uma construção coletiva. A elaboração do Projeto Político Pedagógico que envolva toda a comunidade escolar é a seguinte abordagem, na qual ressaltamos a participação dos sujeitos no processo de construção dando ênfase aos funcionários da escola (administrativo, financeiro e pedagógico), abordando principalmente os professores, que são alvos desta pesquisa. Por fim, abordamos a avaliação do Projeto como forma necessária para a manutenção e prática do mesmo.

2.2.1. O Papel Político da Escola

Definir o papel político que a escola exerce é de extrema importância quando discutimos sobre o Projeto Político-Pedagógico. A ação pedagógica é também política, pois visa formar cidadãos, e esta ação será assumida no Projeto Político-Pedagógico, já que o mesmo oferece a identidade da escola.

Quando se fala do papel da escola frente à sociedade não se pode esquecer que a escola cumpre seu papel dentro de uma sociedade que está historicamente situada, possuindo ideologias, relações de poder, divisões de classes sociais, modo de produção,... Analisar o papel da escola dentro de uma determinada sociedade implica reconhecer a educação como um ato político, pois suas ações possuem uma intencionalidade que reforçará o modo imposto pela sociedade ou criará um espaço de construção de uma contra-ideologia.

Ao conter em si uma concepção de sociedade, de homem, de cultura e conhecimento, a educação essencialmente afirma-se intencional, não existindo uma neutralidade no fazer pedagógico, pois a escola incorpora interesses ideológicos e políticos.

Freire afirma que (1996, p. 115):

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição... Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa.

Segundo Vasconcellos (2004, p.19), discutindo sobre redundância da presença das palavras Político e Pedagógico, no termo Projeto Político-Pedagógico. Ele afirma que:

[...] consideramos importante manter o “político” para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esquecermos dos coeficientes de poder presente nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade [...] não perdemos de vista que a algum interesse político nós sempre servimos, que não há neutralidade; se não temos um projeto explícito e assumido, com certeza estamos seguindo um projeto de alguém.

Assim, assume o projeto pedagógico tendo duas dimensões, como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica. O projeto "é político no sentido

de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade" (André, p.189) e é "pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo" (André, p.189). Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando a efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, p.12). Assim sendo, a "dimensão política se cumpre na medida em que em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani, cit por Veiga, 1996 p.13).

2.2.2. Projeto Político-Pedagógico: identidade da escola

Como vimos no item à cima, por estar ligado as questões sociopolíticas o projeto de uma escola faz-se político, visando a formação do cidadão para uma determinada sociedade. Seu fazer pedagógico se dá nas definições das ações educativas para que se cumpra a intencionalidade e propósito da escola.

O Projeto Político Pedagógico não é apenas um conjunto de objetivos, metas e procedimentos arquivados para cumprir as tarefas burocráticas.

Veiga (1996), afirma que o projeto político pedagógico define uma direção a ser seguida, a contínua expressão da idéia sobre a educação e sua função social exigindo uma reflexão da concepção e finalidade da educação com a sociedade. Isto traz a construção da identidade da escola.

Em outro autor encontramos a seguinte definição do PPP:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar,... Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. (VACONCELLOS 2004, p.17).

Vasconcellos (2004, p.20) cita diversas finalidades do PPP, entre elas destacamos: o resgate da intencionalidade da ação para assim possibilitar a (re) significação do trabalho; o fato de ser um instrumento de transformação da realidade; o envolvimento do conjunto de pessoas em torno de uma mesma causa; o fortalecimento do grupo para enfrentar conflitos; a colaboração na formação pessoal dos participantes e a construção da unidade superando a fragmentação das práticas educacionais e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição.

O Projeto Político-Pedagógico não é um fim, mas sim um meio, um instrumento teórico-metodológico que exige uma sistematização e elaboração, não podendo reduzir-se somente a uma simples confecção de um documento. O PPP deve ser disponibilizado, construindo e reconstruindo por todos aqueles que participam da comunidade escolar e querem efetivamente uma mudança.

Nas linhas a seguir vamos refletir sobre alguns elementos que compõe a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, visando a linha do Planejamento Participativo como cita Vasconcellos (2004).

O PPP se divide em duas partes: a Elaboração e a Realização Interativa. A Elaboração implica contempla três dimensões são elas, a Análise da Realidade, a Projeção de Finalidades e o Plano de Ação. Já a Realização Interativa considera a Ação e a Avaliação.

As dimensões da Elaboração correspondem, respectivamente, a três elementos: o Marco Referencial, o Diagnóstico e a Programação. No Marco Referencial (Análise da Realidade) se define a finalidade do trabalho, o que se deseja, Vasconcellos (2004, p.23) cita que é o momento de alçar vãos não se importando se são viáveis ou não, este é o momento de assumir as opções, os valores e o posicionamento político e pedagógico. O Diagnóstico, ou seja, a Projeção de Finalidades é o momento de pesquisar e analisar as necessidades a partir da reflexão da realidade nos seus aspectos positivos e negativos é aqui que se conhece e julga a realidade frente às necessidades para determinar a distância que se está do real com o que se deseja (Marco Referencial). Na Programação (Plano de Ação) se vê o que é necessário para diminuir a distância entre o real e o ideal que foi analisada no Diagnostico, este é o momento da ação concreta, de programar a linha de atividades a realizar.

Essas partes do Projeto Político-Pedagógico, a Elaboração e a Realização Interativa serão mencionadas com mais detalhes nos pontos a seguir, pois são de extrema relevância nesta pesquisa, já que são pontos nos quais os docentes participam, elaborando e desenvolvendo a ação e a avaliação do projeto.

Agora detenhamo-nos em observar, no quadro a seguir, as características do Projeto Político-Pedagógico, segundo o mesmo autor (Vasconcellos 2004, p. 18):

Característica	Definição
Abrangência	Global, funcionando como “guarda-chuva” para os outros projetos de ação, oferecendo unidade e organicidade.
Duração	Longa, prevendo atividades para todo o ano. O Marco Referencial pode durar mais tempo, mas o Diagnostico e a Programação muda de ano em <u>ano</u> .
Participação	Coletiva, implicando a participação e o envolvimento efetivo dos membros da instituição.
Concretização	Processual, um exercício crítico, avaliando e articulando a ação-reflexão-ação. Está sempre sendo (re) construído.

Temos assim, um projeto que se dá em um trabalho coletivo da escola, no qual deve ser vivenciado e reconstruído por todos os envolvidos com o processo educativo escolar sendo, um processo de reflexão e discussão dos problemas, dos processos, da organicidade, da intencionalidade da escola. Buscando como fim subsidiar a organização do trabalho pedagógico, incluindo o trabalho na sala de aula.

Seguindo a concepção do Projeto Político-Pedagógico apresentada e as reflexões citadas pelos autores, compreendemos que o PPP não é algo imposto, mas sim construído coletivamente, pois é um documento que expressa a identidade de um grupo, de uma comunidade escolar (equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade).

Seguindo a mesma idéia Veiga (1996, p. 15) cita:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Tais situações podem ocorrer por meio de discussões e reuniões onde participem toda comunidade escolar, no qual o foco é sempre a melhoria da prática educativa. Nessas reuniões se busca a transformação de idéias e concepções em ações, para que assim se de o processo de construção coletiva.

2.3. ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUA AVALIAÇÃO

Como já vínhamos discutindo, o PPP trata-se de um documento que expressa a identidade da comunidade escolar. Por isso, ele não deve ser imposto, mas sim construído coletivamente, pois este processo de elaboração coletiva faz com que as pessoas reflitam sobre suas práticas, explicitem seus sonhos, expressem seus saberes e limitações, apresentem sua visão de mundo e da educação.

Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciação dessa intencionalidade [...] para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade (SEVERINO 1998, p. 89).

O primeiro passo para a elaboração coletiva do PPP é mobilizar toda comunidade escolar, visando à melhoria da prática educativa, analisando significados e conseqüências desta para a transformação da escola e da sociedade. Mobilizar para fazer com que todos se sintam parte desta mudança, e possam colaborar efetivamente para levá-la a diante na prática do dia-a-dia. Vasconcellos (2004, p.24) afirma isto quando cita:

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia, a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário não apenas as aparências.

Quando citamos a participação de toda comunidade escolar estamos referindo aos funcionários da escola (setor administrativo, financeiro, manutenção e pedagógico), aos alunos, às famílias e a comunidade, pois estes são agentes que interferem diretamente no cotidiano escolar. Considerando todos estes agentes, na elaboração do PPP, retrata-se a realidade global da comunidade escolar, no qual a equipe articuladora deve ter o conhecimento de todos os segmentos.

A participação de todos os funcionários da escola na construção do PPP oferece uma conscientização da coletividade, compreendendo o papel, a importância, a influência e a função de cada um dentro da organicidade da escola. Cabe destacar aqui a importância dos professores no processo de elaboração e construção do PPP, eles proporcionam para as discussões sua visão de educação e as possibilidades das ações, são agentes essenciais na redação e na busca do referencial teórico.

Tal conscientização, citada no parágrafo acima, pode gerar um ambiente de envolvimento profissional e ético por parte dos funcionários e dos professores da escola, e pressupomos aqui que isso antecede o envolvimento dos alunos e da família.

Os alunos devem ser escutados, pois os mesmos têm uma história de vida, uma realidade atual e sonhos, isso cabe ao papel da equipe articuladora que antes de sensibilizar a participação dos alunos na elaboração do PPP, busca meios para que eles manifestem a importância da escola para a vida deles. Entender a realidade dos alunos e promover a participação deles no PPP mostra a preocupação, a responsabilidade e o desejo da escola de transformar a realidade que eles vivem. Os pais são agentes que possibilitam a compreender e aprofundar mais no conhecimento dos alunos como também oferecem uma visão da comunidade e realidade que cerca a escola.

Para que esta construção coletiva seja realizada de forma efetiva alguns autores discutem as estratégias de planejamento coletivo do PPP. Vasconcellos (1995) cita que para acontecer algo concreto, não basta apenas planejar, pois “há toda uma luta ideológica, política, econômica, social para ser enfrentada, seja consigo mesmo, com seus colegas de trabalho, com os educandos, com as famílias e com as instituições em geral”.

O mesmo autor reforça que:

A participação aumenta o grau de consciência política, reforça o controle sobre autoridade e também revigora o grau de legitimidade do poder-serviço [...] quanto maior a participação na elaboração, maior a probabilidade de que as coisas planejadas venham de fato a acontecer. Todavia, quanto maior a participação, maior a dificuldade de lidar com a massa de dados e, sobretudo, de intenções, propostas, conflitos. (VASCONCELLOS 2004, p.26)

Se a elaboração do PPP não for bem planejada e estruturada pode ocorrer um tumulto de idéias e opiniões tornando-o um fardo, podendo até desmotivar os agentes envolvidos. Por isso que todo processo sempre requer uma liderança, ou seja, um articulador. No caso do PPP esta liderança pode ser o diretor, o supervisor, coordenador, ou seja, qualquer pessoa que tenha significância na realidade escolar. Este articulador

age juntamente com uma equipe articuladora, que tem como finalidade cuidar da construção do PPP, ou seja, o planejamento de estratégias para a sensibilização e a efetivação da elaboração do PPP.

A sensibilização é o período que precede a elaboração, é onde todos os agentes descobrem a necessidade de se fazer o Projeto. Tal etapa é de suma importância, pois aqui se quebra o fazer Projeto por um cumprimento da lei ou por ordens da direção. A sensibilização faz os sujeitos verem além, pois “uma atividade torna-se significativa para um sujeito quanto corresponde a uma necessidade e a uma possibilidade” (VASCONCELLOS 2004, p.39) eles refletem a real importância de elaborarem e aplicarem o Projeto. Essas duas exigências, necessidade e possibilidade, oferecem sentido no fazer Projeto, principalmente, aos professores que muitas vezes não vêem perspectiva de mudança com o planejamento.

Bom, depois da sensibilização segue-se com a construção do PPP, mas agora a elaboração efetiva do mesmo. Aqui ocorre a deliberação da metodologia que será utilizada para a elaboração, é imprescindível que a metodologia seja explicada a todos os participantes da construção do projeto pra que assim tenham uma visão geral e de conjunto dos passos que serão percorridos.

Considerando a concepção assumida nesta pesquisa, o Planejamento Participativo, a metodologia de elaboração ocorre fundamentada em perguntas que tem como referência as dimensões fundamentais da instituição. Essas perguntas são respondidas em um primeiro momento individualmente, depois elas vão para um grupo no qual se monta coletivamente um texto, para assim apresentar os textos de cada grupo e uma plenária no qual se constroem o documento final. Essas etapas são equivalentes para a construção dos três elementos que apresentamos no ponto acima:

- O Marco Referencial: Como foi citado no ponto acima o Marco Referencial é a análise da situação atual da escola e a direção a ser seguida, baseada na expressão da idéia sobre a educação e sua função social que exige uma reflexão da concepção e finalidade da educação com a sociedade.

- Diagnóstico: Utilizando o documento citado acima, este passo permite uma visão da organização atual da escola e do seu trabalho pedagógico, para que assim, se

defina um plano de ação e as estratégias para alcançar a intencionalidade proposta no marco referencial.

- Programação: É a definição das propostas. Como o próprio nome já diz, este é o passo no qual se pensa nas ações concretas de curto, médio e longo prazo.

Com base no que apresentamos neste ponto elabora-se o PPP de forma coletiva e significativa, pois “não havendo adesão do coletivo, um projeto pode ser elaborado pela equipe de direção, tanto para cumprir uma exigência, quanto para ter alguns elementos de referência para o próprio trabalho, mas entendo que não é o da escola como um todo”.(VASCONCELLOS 2004, p. 41).

A elaboração devida do PPP garante que da mesma forma coletiva no qual o mesmo foi elaborado, ele também seja executado, avaliado e (re) planejado.

2.3.1. Avaliação do Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico é repleto de momentos de avaliação, avalia-se na elaboração a realidade da instituição, assim como o ponto no qual se quer chegar e o papel de cada um neste processo, por fim avaliam-se os resultados e andamento da prática. Neste momento de avaliação o produto são os indicadores de mudança, “é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico” (VEIGAS 1998, p.32).

A avaliação abrange o Pedagógico, o Comunitário e o Administrativo, de maneira formativa e emancipatória. Sendo um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao Projeto, e que direciona as ações dos educandos e educadores.

O processo de avaliação se dá em momentos de descrição e problematização da realidade escolar, na compreensão e crítica da realidade descrita e problematizada, e na proposição de alternativas de ação, sendo um momento de “criação” coletiva. Tais momentos podem ocorrer nos espaços de conselho de escola, abrangendo aqui os educandos e os pais, e também nas reuniões pedagógicas semanais, espaço de discussão dos professores.

Segundo Veigas (1998, p.32):

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico. A avaliação do PPP, numa crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar, compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva).

Na avaliação do Projeto analisa-se a Programação feita e suas ações concretas, as atividades permanentes, a linha de ação e as normas, também se revê as necessidades da escola e analisa se o Marco Referencial realmente ajudou a iluminar a prática. É uma avaliação global que vê o PPP como um ponto concreto, um passo, dentro de uma grande caminhada, e não como a fórmula mágica, de transformação da realidade escolar.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DO DOCENTE NA ELABORAÇÃO E NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO.

Depois de termos discorrido sobre o conceito e concepção do Projeto Político-Pedagógico vamos analisar, sustentados nesta definição, a respeito do planejamento e da atuação do docente no cotidiano da sala de aula como uma das formas de concretização do Projeto Político-Pedagógico. Primeiramente, discutiremos o planejamento docente, suas importâncias e dimensões, para assim, estabelecer a relação entre o Projeto Político-Pedagógico e o Planejamento Docente refletindo a influência que um tem no outro. Com isso, abordaremos no final a construção de um conceito de participação, como forma de uma atuação consciente na qual os professores reconhecem e assumem seu poder perante a elaboração e a concretização do Projeto Político-Pedagógico.

3.1. O PLANEJAMENTO DOCENTE: PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em algumas escolas, normalmente, o momento do planejamento docente se divide em duas etapas: no início do ano, onde se traçam as linhas gerais, compreendendo relação de conteúdos, recursos didáticos e instrumentos de avaliação; e depois individualmente, cada professor elabora dentro do planejamento docente, o seu plano de ensino-aprendizagem diário, semanal, mensal, bimestral ou trimestral, dependendo da organização pessoal e da escola na qual leciona.

Como já foi citado no ponto acima:

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

A razão de ser do planejamento docente é orientar o ensino favorecendo a aprendizagem, ou seja, sua principal finalidade é didática, expressando o pensar na ação

docente, refletindo os objetivos, conteúdos, metodologias e avaliações dos alunos e do próprio professor.

Segundo Padilha (2011, p.33) o planejamento “é o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos”. E Sant'Anna et al (1995, p. 19) completa opinando que trata do "processo de tomada de decisões bem informadas que visem racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino-aprendizagem".

O Projeto de Ensino-Aprendizagem é uma síntese que o educador faz dos apelos da realidade, das expectativas sociais, de seus compromissos e objetivos, das condições concretas do trabalho. Com esta temática estamos no cerne da atuação do professor: a própria organização de sua proposta para o trabalho em sala de aula. Este é um campo da maior importância na práxis docente: como vai estruturar sua atividade, que necessidades localiza no grupo, que objetivos pretende alcançar, que conteúdos vai propor, como vai avaliar, etc. (VASCONCELLOS 2004, p.147).

O Projeto de Ensino-Aprendizagem é também chamado de plano de ensino, plano de curso, plano de estudos. O plano é a "apresentação sistematizada e justificada das decisões tomadas relativas à ação a realizar" (FERREIRA apud PADILHA, 2001, p. 36). O Projeto de Ensino-Aprendizagem é produto do planejamento docente, e este está articulado com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais, traduzidas nas Diretrizes.

Na construção do Projeto de Ensino-Aprendizagem alguns elementos devem ser tomados em conta, segundo Vasconcellos (2004, p.149):

- A clareza que o Projeto Político-Pedagógico é uma grande referência para todos os projetos da escola.
- A integração do trabalho da escola, do curso e da área específica.
- A concepção dialética, superando as visões parciais do planejamento, não excedendo as extremidades, mas estabelecendo uma relação. Por exemplo: de um lado

está o planejamento formal e alienado e do outro o não planejamento ou o planejamento ingênuo, espontâneo; a concepção dialética aqui se mostra para a vivência de um planejamento consciente, crítico, intencional, aberto e interativo.

- A diferença entre a contingência e a necessidades de um conteúdo e do conhecimento, pois muitas vezes os conteúdos que são contingentes tornam-se necessários no cotidiano da escola, deixando para trás o conhecimento em si, e este se torna contingencial.

- O trabalho com os alunos concretos, ou seja, ser professor dos alunos e não dos conteúdos estabelecidos. Garantindo espaço para que os conteúdos emergentes se desenvolvam no cotidiano, e no trabalho em sala de aula.

- Espaços de reflexões, durante o ano, para se pensar sobre o planejado, o que deu certo, alguma dificuldade, mudanças a serem feitas, etc. Estes momentos são individuais e em grupo, contando com a ajuda a coordenação pedagógica.

3.2. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO REFERÊNCIA PARA TODOS OS PROJETOS DA ESCOLA

Vamos nos fixar neste elemento que deve ser tomado em conta da construção do Projeto de Ensino-Aprendizagem, apresentado acima: o Projeto Político-Pedagógico é uma grande referência para todos os projetos da escola.

Vasconcellos (2002) afirmou que o planejamento docente terá muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político-Pedagógico. Outro autor que descreve sobre este ponto é Padilha (2001) afirmando o comprometimento do professor e a organização de suas atividades baseadas no que foi decidido coletivamente no PPP, assim se teria uma direção única estabelecida coletivamente com os outros segmentos escolares, facilitando o trabalho dos professores e dando maior ânimo e significado a suas atividades cotidianas.

Porém para que esta relação entre o Projeto Político-Pedagógico e o Planejamento docente ocorra de fato existe um ponto crucial que é a participação efetiva na tomada de decisões, na construção, elaboração, execução e na avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Aqui retornamos as reflexões do ponto dois, apresentadas anteriormente, no qual definimos o conceito e as concepções do PPP que este trabalho defenderia. Vamos a seguir, aprofundarmos um pouco mais no conceito de participação, como forma de uma atuação consciente dos professores reconhecendo e assumindo seu poder perante a elaboração e a concretização do Projeto Político-Pedagógico, citando também o Planejamento Participativo como maneira de iniciar um processo de participação.

3.3. CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

A participação dos docentes na construção do Projeto Político-Pedagógico é de extrema importância para a efetivação do mesmo no cotidiano da escola, para que o PPP possa sair do papel e tornar realidade no ambiente escolar. O professor também é um elemento-chave na liderança e na comunicação com os alunos e com a comunidade, para que esses possam também se envolver cada vez mais com o ambiente escolar ocorrendo um processo de participação de todos (direção, funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) na comunidade escolar.

O Planejamento Participativo visa envolver toda a comunidade escolar nas responsabilidades e na busca comum. Porém, o não envolvimento dos professores neste processo de participação pode acarretar grandes dificuldades na continuação de todo o trabalho. Dalmás (1994, p.45) frisa a importância da participação dos professores afirmando:

Sabe-se que o grupo de professores, apesar da Direção e dos Serviços Especializados de uma escola, tem a possibilidade de transformar ou manter a dinâmica de uma instituição. A força

transformadora de uma escola está em seu corpo docente, com o auxílio e apoio da Direção e dos Serviços.

Como já foi citado acima não é somente no corpo docente que o planejamento participativo se fixa, mas em toda a comunidade escolar. No entanto, o início deste processo pode se dar através de um grupo de professores, e na medida que tal grupo se estabilizar abre-se à presença dos funcionários, alunos e pais. “O acreditar e o agir coerente será testemunho e convite para os outros se integrarem na caminhada que está sendo vivenciada”.(DALMÁS 1994, p. 46).

Segundo Gandin (1988, p.82-83), através do Planejamento Participativo muitas escolas iniciaram um processo de participação. Tal autor define o Planejamento Participativo como:

[...] é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas, mas os próprios rumos que se deve imprimir à escola. Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora – realmente o é – de um todo que vai fazendo sentido à medida em que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão, e à medida em que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo.

Defende-se aqui a participação e não a colaboração do professor no Projeto Político Pedagógico, pois o professor assume-se sujeito da comunidade escolar a partir do momento que participa e se compromete com decisões e ações e não somente dá opiniões e sugestões. Segundo Dalmás (1994) para que de fato ocorra este processo participativo é necessário, uma participação concreta nas responsabilidades de elaboração, execução e de avaliação.

Horta (1978, p.4) apresenta o conceito de participação no processo educativo tendo sentido somente “quando indica uma presença ativa de todos os interessados no processo de tomada de decisões, na execução e na avaliação de todas as atividades relacionadas com a definição dos objetivos, a organização e o funcionamento do sistema educativo em seus diferentes níveis”.

Durante a caminhada deste processo de participação pode ocorrer várias dificuldades em todos os segmentos. As dificuldades que vamos apresentar aqui, esta relacionada diretamente com os professores, que são o “alvo” da pesquisa. Tais dificuldades podem ser o despreparo e o descompromisso dos professores frente à elaboração, construção e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e a aplicação do mesmo no seu planejamento e cotidiano.

Em relação ao despreparo do professor se tem de um lado a despreparação técnica/profissional, com relação à forma metodológica, conhecimento dos conteúdos,... E do outro a falta de formação sócio-política, que não visa uma formação consciente do aluno para levá-los a desenvolverem a crítica e a participação.

No caso de professores descomprometidos existem dois tipos os que são resistentes ou aqueles que são indiferentes, não sendo contra e nem a favor de nada. Para lidar com esta dificuldade necessita ultrapassar resistências e problemas.

Quando se trata de Planejamento Participativo requer uma adesão interior para se colocar em prática, considerando a realidade e o contexto de cada instituição escolar. Deste modo, somente com o engajamento real de todos que fazem parte da comunidade escolar e do ato de educar, se dará de fato vida as palavras e páginas do Projeto Político-Pedagógico, deixando de ser um mero cumprimento formal da lei.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR: AS REPRESENTAÇÕES DOS DOCENTES

2.1. CONHECENDO E ANALISANDO O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE EDUCACIONAL

O Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI 14 está organizado sistematicamente apresentando a realidade dos alunos, dos pais e do bairro onde residem; mostra também o espaço físico da escola e seus recursos materiais; o quadro de funcionários e os turnos de trabalho, os planos coletivos que envolvem desde o plano da equipe da Unidade Educacional até os dos agrupamentos, da equipe gestora e da gestão financeira; o Projeto Pedagógico, no qual expõem os propósitos educativos, as atividades desenvolvidas nos tempos pedagógicos, a carga horária pedagógica e os planos de trabalho; descreve também a ação pedagógica no cotidiano escolar; o plano de ensino dos professores, individualmente, por turma; o plano de formação dos profissionais da Unidade Educacional, realizado por meio de questionários respondidos segundo os interesses de cada profissional.

O PPP da Unidade Educacional CIMEI 14 apresenta como objetivos para Educação Infantil os seguintes pontos:

- A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família (LEI 9394/96)

- Ampliar a compreensão e a produção dos sentidos, sobre o mundo e o outro, pela criança pequena.

- Promover o acesso da criança aos processos de elaboração, apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens por meio da “experienciação” de diferentes linguagens e de novas tecnologias.

- Garantir o direito da criança à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças e adultos.

Seguindo tais objetivos, apresentados a cima, é proposto uma organização geral da Unidade Educacional dividida por planos coletivos.

O primeiro plano coletivo é dividido por agrupamentos. Cada agrupamento desenvolveu os projetos para serem realizados durante o ano, segundo a faixa etária trabalhada. Tais projetos contêm objetivos, eixos, metodologia aplicada pelos registros dos professores, das famílias e a organização em si das atividades, a Avaliação e Referências Bibliográficas.

Existe um Projeto que abrange todos os agrupamentos que é sobre educação alimentar saudável, reforçando os hábitos alimentares como forma de prevenir doenças, promover a saúde, a formação de valores, hábitos e estilo de vida. São responsáveis por este projeto, uma funcionária ajudante da cozinha e os professores. O projeto está organizado no PPP por objetivos, atividades sugeridas, quadro de horários, avaliação e referências bibliográficas.

O segundo plano coletivo, apresentado no Projeto Político-Pedagógico, é o de trabalho da Equipe Gestora. Tem como meta a organização e o planejamento do trabalho pedagógico junto à equipe, possibilitando condições ao trabalho pedagógico e investindo na formação dos funcionários da educação infantil. Este plano está organizado por objetivos segundo cada cargo (direção, vice-direção e orientadora pedagógica), para alcançar tal meta apresentada.

Por fim, é apresentados o terceiro e quarto plano coletivo que são, respectivamente, o Plano da Gestão Financeira e o Plano da Equipe da Unidade Educacional.

O Plano da Equipe da Unidade Educacional é dividido em cinco metas, cada uma contendo as ações para cumprimento das metas, os responsáveis pelas ações, os indicadores para monitoramento das ações e o cronograma das ações.

A primeira meta trata de promover a cooperação, a participação e a troca com as famílias. Os responsáveis desta meta são os professores, monitores e agentes da educação infantil, equipe gestora e educacional. Analisando esta meta, segundo a fundamentação teórica, podemos refletir que a aproximação com a família é um meio que possibilita a compreensão e o aprofundamento no conhecimento dos alunos, da

comunidade e da realidade que cerca a escola, ajudando assim o professor a contextualizar-se no momento de planejar e definir a finalidade do seu trabalho. Também, continuando a reflexão, vemos de muita importância tal meta, pois sendo o professor um elemento-chave na comunicação com os pais e com a comunidade, pode-se lograr com tal comunicação um maior envolvimento dos pais e da comunidade com ambiente escolar, o que seria um dos primeiros passos visando à construção Participativa do Projeto Político-Pedagógico.

A segunda meta é voltada para a ampliação das experiências e das possibilidades de desenvolvimento das linguagens nas crianças. A maioria dos responsáveis desta meta são professores, monitores e agentes da educação infantil.

A terceira meta busca a revisão periódica do planejamento tendo como responsáveis os professores, monitores e agentes da educação infantil, equipe educacional e professora de educação especial. Esta meta também nos remete à fundamentação teórica, pois como cita Veigas (1998, p.32) “Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico”. Estes espaços de revisão são justamente para se pensar sobre o planejado, no que deu certo, nas dificuldades, mudanças a serem feitas, etc. Tais momentos podem ocorrer individualmente e em grupo, contando com a ajuda da coordenação pedagógica.

A quarta meta busca o favorecimento das interações “positivas” e enriquecedoras entre criança-criança e criança-adulto, são responsáveis professores, monitores, agentes e equipe educacional.

A quinta e última meta, trata de promover a saúde, a prevenção de acidentes e os cuidados e higiene das crianças, Os responsáveis são funcionários da limpeza, professores, monitores e agentes da educação infantil, funcionários da cozinha, equipe educacional, equipe gestora e a orientadora pedagógica.

Outra parte do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI 14 descreve sobre o Projeto Pedagógico, expondo os propósitos educativos, as atividades desenvolvidas nos tempos pedagógicos, a carga horária pedagógica e os planos de trabalho.

Os propósitos educativos são divididos em cinco alvos, são eles: A biblioteca, com o “Projeto Biblioteca Viva”; o parque, com o “Projeto Jardinagem na escola”; a percepção estética, na apreciação das obras de artes, construções tridimensionais, sons, ritmos, com o “Projeto Banda rítmica, no ritmo da aprendizagem musical”; o laboratório de informática, com o “Projeto Informática”; e a educação alimentar, com o “Projeto Alimentação Saudável”.

As atividades desenvolvidas nos tempos pedagógicos são diretamente direcionadas aos professores, monitores e agentes da educação infantil. São elas o Trabalho Docente Coletivo (TDC) e o Trabalho Docente Individual (TDI). O TDC é um espaço formativo de reuniões pedagógicas da equipe escolar, que ocorrem semanalmente, que serve também para a construção, o acompanhamento, e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico. O tempo do TCI pode ser utilizado para discussão do planejamento coletivo, para grupos de estudos, atendimentos aos pais, passeios, reunião de setor (professores-agentes) ou para o planejamento da carga horário pedagógica.

Temos aqui a proposta do TDC e TDI, que é regida pela lei e que pode ser de grande significado se for utilizado para uma real reflexão e discussão dos problemas, dos processos, da organicidade e da intencionalidade da escola, buscando como fim subsidiar a organização do trabalho pedagógico, incluindo o trabalho na sala de aula. Pois, como defendido anteriormente, o PPP não é algo imposto, mas sim construído coletivamente, sendo um documento que expressa a identidade de um grupo, de uma comunidade escolar. Por isso, que se trata da participação do professor e não da colaboração, é uma participação concreta nas responsabilidades de elaboração, execução e de avaliação. E o momento do TDC e TDI pode ser de grande valia para empregar tal atitude.

O ultimo ponto do PPP da Unidade Educacional CIMEI 14, no qual vamos discorrer trata da ação pedagógica trabalhada no cotidiano. Este ponto no documento é bem extenso e de grande importância, pois ele abrange várias atitudes e atividades que envolvem o dia-a-dia de um ambiente escolar e especificamente o ambiente escolar da Unidade Educacional CIMEI 14.

As ações pedagógicas são abordadas mostrando a ação em si, os avanços alcançados, os desafios apresentados como forma de que se tem a melhorar e a proposta de ação.

As ações abordadas são:

- A organização e a utilização dos equipamentos e recursos materiais;
- A educação alimentar;
- As relações étnicas;
- O trabalho e o desenvolvimento de atividades que visem o tema do Meio Ambiente;
- As relações entre cuidar e educar;
- A adaptação/inserção das crianças no ambiente escolar;
- O trabalho com a autonomia das crianças;
- Como lidar com as ocorrências com as crianças (registros, contato com a família, socorro);
- A organização do espaço, tempo e rotina;
- A formação dos professores, agentes e equipe gestora;
- A gestão financeira;
- A organização do trabalho – limpeza e cozinha;
- Os eventos que ocorrem no ano letivo;
- A gestão escolar democrática;
- A avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e;
- A parceria com as famílias e comunidade escolar.

Podemos observar que tais ações são pontuais, expressando a particularidade do cotidiano da Unidade Educacional CIMEI 14. Mais a diante, na elaboração do PPP da

Unidade Educacional CIMEI 14, explicaremos, segundo as respostas dos professores participantes da pesquisa, como foram abordadas e elaboradas tais ações.

O PPP da Unidade Educacional CIMEI 14 finaliza-se com o Plano de ensino dos professores, individualizado, por turmas. E com um questionário sobre o Plano de Formação dos Profissionais da Unidade, onde cada funcionário respondeu questões que abordavam o interesse de formação pessoal e profissional.

4.2. AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE EDUCACIONAL CIMEI 14

Vamos analisar neste ponto, as concepções dos professores acerca do Projeto Político-Pedagógico, o processo de elaboração e avaliação dentro da Unidade Educacional CIMEI 14 e a relação e a influência que o PPP exerce dentro do planejamento docente e ações cotidianas.

Vale ressaltar neste ponto, no qual vamos analisar as entrevistas estruturas respondidas pelos professores da Unidade Educacional CIMEI 14, que a princípio foram entrevistados seis professores, porém somente cinco deles retornaram as respostas para análise.

O Projeto Político-Pedagógico é, de modo geral, entendido pelos professores da Unidade Educacional CIMEI 14 como um documento que determina diretrizes (professor 1), atividades (professor 2), metas (professor 4) e ações (professor 5) da escola.

“[...] determina as diretrizes da escola, as ações que serão realizadas devem estar registradas nele”. (professor 1).

“É o planejamento das atividades que serão realizadas no ano [...] engloba todas as informações sejam pedagógicas, administrativas, metas, indicadores de avaliação, etc.” (professor 2).

“[...] conjunto de metas que a equipe escolar procura atingir e as ações que realizará [...]”.(professor 4).

“[...] documento oficial, no qual todas ações da escola estão explícitas de forma clara, objetiva dando suporte, parâmetros para o planejamento pedagógico do professor. É através do PPP que teremos a visão de quais fundamentos teóricos estamos seguindo nos baseando”.(professor 5).

Tal definição descrita pelos professores se restringe ao que apresentamos neste trabalho, pois aqui defendemos o Projeto Político-Pedagógico além da sua dimensão pedagógica. O PPP está ligado também a questões sociopolíticas, objetivando a formação do cidadão dentro de uma determinada sociedade, o fazer pedagógico se dá como forma de definir as ações educativas para que se cumpra a intencionalidade da escola.

Temos a definição do professor 3 citando algo que vai um pouco além do PPP como conjunto de metas.

“Projeto – plano [...] Político – atinge os indivíduos como cidadãos por possuir direitos e deveres na sociedade que faz parte. Pedagógico – tudo que se relaciona à educação [...]”.

Como cita André (2001), o sentido pedagógico do PPP é o que possibilita a realização da intencionalidade da escola, e esta intencionalidade deve abarcar a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Ainda citando André (2001), não podemos esquecer que o PPP tem o seu lado político, pois se compromete com a formação do cidadão dentro de uma determinada sociedade. E o isso o professor 4 destacou dizendo que o PPP “descreve as características da escola, dos alunos e dos profissionais que ali trabalham”.

A escola cumpre seu papel dentro de uma sociedade que está historicamente situada, possuindo ideologias, relações de poder, divisões de classes sociais, modo de produção,... E todas essas características devem ser tomadas em conta na construção e elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Houve uma quase unanimidade quando foi perguntado sobre a realidade de um único projeto abranger toda uma Unidade Educacional. A maioria dos professores citou a importância da elaboração coletiva, da contribuição de cada profissional e da construção em paralelo com a realidade, como forma do PPP abranger toda Unidade Educacional.

A abrangência e a participação são características do Projeto Político-Pedagógico citadas por Vasconcellos (2004). Para ele, a abrangência do PPP é global, funcionando como “guarda-chuva” para os outros projetos de ação, oferecendo unidade e organicidade. E a participação é coletiva, implicando o envolvimento efetivo dos membros da instituição.

O professor 3 discordou, na prática, da abrangência do PPP em toda Unidade Educacional, descrevendo não acreditar “que a prática leve a tanto por causa da complexidade, diversidade cultural e inúmeras concepções de educação escolar e familiar.”

Seguindo a concepção do Projeto Político-Pedagógico apresentada anteriormente pelos autores mencionados neste trabalho, compreendemos que o PPP não é algo imposto, mas sim construído coletivamente, assim torna-se um documento que expressa a identidade de um grupo, de uma comunidade escolar (equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade).

4.2. AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE EDUCACIONAL CIMEI

Segundo o relato dos professores, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico ocorreu no início do ano na reunião de planejamento.

“Foi elaborado em duas reuniões de planejamento no início do ano e depois discutido nas reuniões de TDC (trabalho docente coletivo), para ser construído coletivamente com todos os professores e funcionários”. (professor 1).

“No início do ano com a orientação da equipe gestora e orientadora pedagógica [...] dois encontros e planejamento da professora em casa [...]”. (professor 2).

“Em reuniões pedagógicas, sempre revendo o projeto anterior, avaliando o que deu certo, o que precisa mudar, o que acrescentar tanto nas equipes gestora, docente e de apoio”. (professor 3).

“[...] reuniões, com a participação de todos os funcionários, no início do ano”. (professor 4).

“[...] nas primeiras reuniões de planejamento do início do ano e também nas reuniões de TDC [...]”. (professor 5).

Pelo que podemos notar com as repostas dos professores é que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico se deu de forma participativa, reunindo todos os funcionários da escola. Analisamos neste trabalho que tal envolvimento proporciona uma conscientização da coletividade, compreendendo o papel, a importância, a influência e a função de cada um dentro da organização da escola. Tal envolvimento gera um ambiente profissional e ético por parte dos funcionários e dos professores da escola, e pressupomos aqui que isso antecede o envolvimento dos alunos e da família.

Somente dois professores citaram o momento do TDC como ambiente de elaboração do Projeto. Por isso, vale ressaltar que é imprescindível explicar a metodologia a todos os participantes da construção do projeto, assim se terá uma visão geral e de conjunto de todos os passos que serão percorridos, desde a necessidade até a avaliação do PPP.

Outro ponto importante para ser destacado é citado pelo professor 3, no qual destaca que o PPP foi elaborado baseado na avaliação do PPP anterior. Citando Veigas

(1998) temos na elaboração uma avaliação dos resultados atingidos ou não anteriormente e do andamento da prática. Neste momento o produto é os indicadores de mudança, os resultados da própria organização do trabalho pedagógico.

O professor 2 compartilhou uma dificuldade encontrada no momento de elaboração do Projeto Político-Pedagógico:

“Não tivemos contato com os alunos antes de fazê-lo nas primeiras reuniões”.

Tal dificuldade é reforçada com a sugestão que os professores 1 e 3 fizeram de como realizar a elaboração. Eles citaram, respectivamente, que poderiam fazer “um esboço no início daquilo que se pretende e montar os conteúdos durante o ano letivo” e ser “em momentos constantes elaborado, devido ser dinâmico e complexo”.

Esta dificuldade encontrada pelo professor 2 pode ocorrer devido a concepção do PPP que muitas vezes é visto somente como elaboração de um conjunto de metas a serem cumpridas esquecendo assim, das “partes” que compõem a construção deste projeto, que é a elaboração coletiva e a avaliação.

A dificuldade encontrada e as sugestões feitas podem se unir encontrando base nos autores pesquisados, pois o momento de avaliação do PPP, defendido aqui, supre tal dificuldade e incentiva tais sugestões. Citando novamente Veigas (1998, p. 32) temos:

A avaliação do PPP, numa crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar, compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva).

A seguir apresentam-se as opiniões dos professores sobre a importância de uma avaliação continua do Projeto Político-Pedagógico:

“Acredito ser fundamental [...]. O PPP não pode estar engessado a tal ponto de não se poder alterá-lo de acordo com a necessidade”. (professor 1).

“[...] para não persistir nele quando houver dificuldade de execução e adequá-lo à realidade”. (professor 2).

“Para atingir os diferentes grupos da escola em seus diferentes papéis”. (professor 3).

“Para equipe saber se as metas estipuladas estão sendo atingidas”.(professor 4).

“[...] para podermos fazer sempre o caminho de ida e volta de forma consciente, avaliando, analisando, revendo, (re)avaliando as metas ou objetivos a serem atingidos [...]”. (professor 5).

Os professores relataram que a avaliação do Projeto Político-Pedagógico na Unidade Educacional CIMEI 14 acontece por meio de três momentos no ano, no qual foram estabelecidos pela prefeitura, são reuniões específicas, chamadas de AVP (Avaliação do Projeto) já programadas no calendário do ano letivo. O professor 5 foi mais além no seu relato, citando a AVP e também outros momentos no qual ocorrem a avaliação do PPP, como, as reuniões de planejamento do início do ano, o TDC e as atas de reuniões pedagógicas.

Observamos que apesar dos professores concordarem com a avaliação e reconhecerem sua importância, a maioria deles não consideram outros espaços de avaliação, se restringindo apenas nas reuniões determinadas pela prefeitura. Deparamos-nos também com o próprio PPP da Unidade Escolar que relata o TDC como um espaço formativo de reuniões pedagógicas da equipe escolar, que ocorrem semanalmente, que serve também para a construção, o acompanhamento, e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

As sugestões de como realizar a avaliação, são expressas pelos professores pelas seguintes palavras:

“Em grupo (todos juntos) cada qual dando sua contribuição para reflexão e tomada de decisões. [...]”. (professor 2).

“Contato direto com o documento PPP”. (professor 3).

“ De forma objetiva, ver o que se cumpriu, o que não se cumpriu e o porquê.” (professor 4).

“[...] de forma democrática, participativa dando voz a todos envolvidos [...]”. (professor 5).

Como defendemos neste trabalho, na avaliação do Projeto analisa-se a Programação feita, suas ações concretas, as atividades permanentes, a linha de ação e as normas, revê as necessidades da escola. Analisa-se também o Marco Referencial se ele realmente ajudou a iluminar a prática.

4.4. A RELAÇÃO E A INFLUÊNCIA QUE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EXERCE NO PLANEJAMENTO DOCENTE

De maneira geral todos os professores entrevistados afirmam e realçam a importância do planejamento docente. Nas palavras deles:

“O planejamento docente requer compromisso, seriedade com o trabalho a ser desenvolvido [...]”. (professor 1).

“[...] norteia as atividades a serem realizadas, dá segurança, permite superação de dificuldades e serve como registro da prática docente”. (professor 2).

“Norteia, dirige todo o caminho que pretendo seguir e concluir. Também posso avaliar através do que foi feito e o que ainda falta realizar”. (professor 3).

“É essencial para que o professor saiba onde quer chegar e o que avaliar durante o processo”.(professor 4).

“É de suma importância [...] tem que estar relacionado, inteirado com as propostas pedagógicas do PPP [...]”. (professor 5).

Destacamos neste trabalho está importância do planejamento docente, como orientador do ensino favorecendo a aprendizagem. Apoiado em Padilha (2011) destacamos, como os professores fizeram, que o planejamento é um processo de decisão, no qual o professor atua de forma concreta nas ações do seu cotidiano, integrando a relação professor-aluno com também a relação professor-professor.

Observa-se nas descrições feitas sobre o planejamento que somente o professor 5 ressalta a importância do planejamento docente estar relacionados com as propostas do PPP. Baseado em Vasconcellos (2002) o planejamento docente terá muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político-Pedagógico.

Foi perguntado diretamente aos professores sobre esta articulação entre o PPP e o planejamento docente que ocorre dentro da Unidade Educacional CIMEI 14.

O professor 1 expõe tal relação afirmando que “os projetos desenvolvidos articulam-se com o PPP como um gancho para se trabalhar os objetivos em destaques, porém é sutil, por que se o professor não tiver criatividade, formação em explorar os temas desenvolvidos nos projetos, fica um barco a deriva e perde-se o elo com o PPP.”

Com esta descrição não podemos deixar de citar Vasconcellos 1995, no qual já mencionado na introdução deste trabalho.

Wright Mills comparou a situação dos educadores à de remadores, no porão de uma galera. Todos estão suados de tanto remar e se congratulam uns com os outros pela velocidade que conseguem imprimir ao barco. Há apenas um problema: ninguém sabe para onde vai o barco [...]. (VASCONCELOS, 1995).

Pode-se dizer que assim, como citado por Vasconcellos, o professor 1 descreve a relação do planejamento docente com o PPP, uma forma de todos os professores remarem juntos com diferentes remos, porém em uma mesma direção.

Outros professores também descrevem esta relação:

“Os projetos da sala de aula são realizados dentro dos objetivos específicos do PPP”.(professor 3).

“Os planejamentos individuais estão contidos no PPP e são baseados em parâmetros únicos para todos”. (professor 4).

“O PPP é amplo, articulado, integrado, amarrado com as propostas pedagógicas que o professor trabalha em sala de aula [...]”.
(professor 5).

A Unidade Educacional CIMEI 14 trabalha com projetos e os professores citaram estes projetos como forma de estabelecer a relação com o PPP. Estes projetos foram elaborados de forma individual e coletiva nos momentos de planejamento do PPP no início do ano.

Ressaltando a afirmação do professor 1 que mostra a criatividade e a formação do professor como algo que ajuda para que o planejamento docente não perca o elo com o PPP, vale destacar, como apresentado na fundamentação teórica, que o despreparo do professor técnico/profissional e sócio-político é uma grande dificuldade no processo de construção do PPP. Assim temos esta dificuldade atravessando o processo do planejamento participativo até o planejamento docente e a atuação do professor no cotidiano, pois dificilmente se colocará em prática efetivamente aquilo que não se faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta os objetivos desta pesquisa, que no geral resume-se em analisar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e a influência que o mesmo exerce no planejamento docente e no cotidiano da sala de aula, concluímos considerando que os professores entrevistados, da Unidade Educacional CIMEI 14, levam em consideração o PPP da Unidade para elaborarem e desenvolverem o seu plano de ensino aprendizagem (o planejamento docente). Como citado pelos professores, a Unidade Educacional CIMEI 14 trabalha com Projetos e tais Projetos são elaborados no momento da construção do Projeto Político-Pedagógico.

Apesar da elaboração dos projetos de ensino-aprendizagem ocorrerem no momento da construção do Projeto Político-Pedagógico, vale lembrar a concepção que tais professores apontaram do PPP. Tal concepção ficou restrita à apresentada neste trabalho, focalizando somente na parte de preparação de atividades e metas para serem atingidas no decorrer do ano, limitando-se a dimensão pedagógica.

O ato de planejar, no ambiente escolar, não se limita em somente gerenciar o processo de ensino/aprendizagem, leva em conta o pensar que a escola tem do aluno atuando em uma determinada sociedade. Por isso, que tal gerenciamento vai além de cumprimentos de metas, mas é uma ação também política, visando a formação de cidadãos, e definindo a identidade da escola. Tal identidade aborda o contexto do aluno e sua realidade social.

Para maior aprofundamento na concepção do PPP apresentada pelos professores indo além das dimensões pedagógicas, pode ser de grande valia garantir a eles o período que precede a elaboração do PPP que é a sensibilização ao mesmo. Como defendemos neste trabalho, o momento da sensibilização é de extrema importância, pois é onde todos os agentes participantes descobrem a importância de se fazer um projeto, sentem sua significância e necessidade, quebrando a visão de se fazer projeto por um cumprimento da lei e abrindo a visão do que realmente significa um Projeto Político-Pedagógico para a escola, e em específico para aquela Unidade Educacional em si.

Observamos também que na construção do PPP são abordadas ações pedagógicas para serem trabalhadas no cotidiano escolar, isso também nos faz considerar a relação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional CIMEI 14 com o cotidiano do professor, pois tais ações são atitudes e atividades que envolvem o dia-a-dia de um ambiente escolar e especificamente o ambiente escolar da Unidade Educacional CIMEI 14.

Como citado acima, os professores entrevistados participaram da construção do PPP, e conforme os relatos deles, sentiram-se fazendo parte deste momento. Porém, percebe-se uma falta de coesão com o abordado neste trabalho quando o tema é a forma de elaboração e avaliação do PPP, pois muitos dos professores entrevistados citaram momentos isolados de elaboração e avaliação esquecendo das atividades e ações cotidianas para realizar isso, sendo que o próprio PPP da Unidade Educacional CIMEI 14 aborda tais atividades como espaço de construção e avaliação do PPP, por exemplo do quando cita sobre o TDC e TDI.

Para um melhor esclarecimento aos professores de como acontecerá a elaboração e avaliação do PPP pode-se estabelecer uma metodologia que seja explicada a todos os participantes da construção do projeto. Tal recurso ajuda para ter uma visão geral e de conjunto dos passos que serão percorridos durante esta construção que é constante, flexível e dinâmica.

Podemos observar também que o PPP da Unidade Educacional CIMEI 14 pode futuramente se desenvolver abrindo cada vez mais ao envolvimento dos pais e da comunidade, pois a intenção é fazer do PPP uma construção coletiva e os professores entendem como ponto de extrema importância tal construção para efetivação do programado.

Enfim, alicerçando tal construção em bases já existentes na Unidade Educacional, como o conceito de participação e a importância do planejamento, é de grande importância definir e clarear algumas práticas na conceitualização, elaboração e avaliação, para que cada vez mais o PPP seja referência aos professores e possa abranger, futuramente, toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9394/96: Artigo de 12-14, 1996.

BRITO, A. R. P. **LDB da “Conciliação” possível à Lei. Proclamada. Graphitte: Belém, 1997.**

DALMÁS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, D. **Escola e transformação social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GADOTTI M. e ROMÃO, J. E. (orgs). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

HORTA, J. S. B. **Educação e participação.** In Revista Educação, nº27. Rio de Janeiro: 1978.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINEZ, M. J. & LAHORE, C. O. **Planejamento escolar.** São Paulo, Saraiva, 1977.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARENTE FILHO, J. **Planejamento Estratégico na Educação.** Brasília: Plano Editora, 2001.

SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. **Planejamento de ensino e avaliação.** 11. ed. Porto Alegre: Sagra / DC Luzzatto, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia** . 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SEVERINO, A. J. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: **Para onde vai a escola? Revista de Educação DA AEC,** Brasília, DF (107), abril/jun. 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

_____, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 10.ed. São Paulo: Libertat, 2002 (cadernos Pedagógicos do Libertat, 1)

_____, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Libertat, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Projeto político pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs). **O que há de novo na educação superior**. Do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Tempo de profissão na instituição:
Agrupamento que leciona:
O que você entende por Projeto Político-Pedagógico?
Você acha realista um único Projeto abranger toda uma Unidade Educacional? A seu ver como isso pode acontecer?

Você participou da elaboração do Projeto Político-Pedagógico desta Unidade Educacional?
sim () não ()

Como foi elaborado? Quais foram os espaços/momentos designados a isso?

Sugestões de como realizar a elaboração:

Em sua opinião qual é a importância de uma contínua avaliação do Projeto Político-Pedagógico?

Existem na instituição, momentos de avaliação do Projeto Político-Pedagógico? Sim () Não ()

Cite quais momentos:

Sugestões de como realizar a avaliação:

Qual a importância que você atribui ao planejamento docente?

Em sua opinião em que medida os projetos desenvolvidos, na sala de aula e na Unidade Educacional como um todo, são articulados com o Projeto Político-Pedagógico?

Cite alguns exemplos que ocorre atualmente em sua realidade: